CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2020

Relatório na íntegra disponível em https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais/

Senhores Acionistas,

A CETESB, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a síntese das atividades realizadas em 2020, acompanhada do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Contábeis, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório do Auditor Independente.

***ESG* NA CETESB**

Os princípios do *ESG - Environmental, Social and Governance* fazem parte do Planejamento Estratégico, com destaque ao "Acordo Ambiental São Paulo" e à gestão de resíduos. O quadro de pessoal é multidisciplinar, com 44% de mulheres. Conta com 4 mulheres no Conselho de Administração e 2 na Diretoria Colegiada, tendo a 1ª mulher na presidência, e 44% de participação feminina nos cargos gerenciais. 39% do quadro são pós-graduados e 19% não possuem formação superior. Estabelecidos critérios para promover a ampla diversidade de gênero e étnica na composição dos eventos. Possui um sistema robusto de Governança Corporativa, com um Conselho de Administração com 25% de membros independentes e 36% de participação feminina. Suas ações estão pautadas na transparência, prestação de contas, equidade das informações e responsabilidade corporativa. Fundamenta as suas relações na conduta ética e no compromisso de seguir as melhores práticas e princípios de governança corporativa.

A INSTITUIÇÃO

A CETESB é a agência do Governo do Estado responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição. Criada pelo Decreto nº 50.079, é uma empresa pública estadual, da administração indireta, de capital fechado, onde o acionista controlador é o Governo do Estado de São Paulo, sendo regida pelas Leis Federais nº 6.404/1976 e suas alterações e nº 13.303/2016. Possui receitas da ordem de R$ 534 milhões/ano (Lei Orçamentária Anual 2020), cerca de 40% de subvenção de custeio do Estado e 60% de recursos próprios, compostos por: receitas com o sistema de licenciamento ambiental, arrecadação de multas ambientais, taxa de fiscalização ambiental e prestação de serviços. A sede da CETESB localiza-se à Avenida Prof. Frederico Hermann Jr., 345, São Paulo, SP, PABX: +55 11 3133-3000, www.cetesb.sp.gov.br, CNPJ 43.776.491/0001-70. Possui 46 Agências Ambientais e 19 laboratórios. Os endereços e outras informações podem ser obtidos em https://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/agencias/agencias.asp

Organizada em 5 Diretorias: Presidência, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental e Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental, possui 1.867 empregados, 1.693 compondo a força trabalho da CETESB e 174 cedidos a outros órgãos, licenciados e outras situações. Dos 1.693 empregados, 745 são mulheres e 948 homens, dos quais, em ambos os gêneros, 188 são pessoas com deficiência. São 1.064 profissionais de nível universitário, 581 de nível médio e 48 de nível operacional.

RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL

Principal Companhia de Meio Ambiente Brasileira; Centro de Referência para Questões Ambientais da Organização das Nações Unidas - ONU; Centro Regional para a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes - POP para Capacitação e Transferência de Tecnologia para a Região da América Latina e Caribe; Membro da Rede Latino-Americana de Prevenção e Controle da Contaminação do Solo e das Águas Subterrâneas - RELASC; Membro da Rede de Informação em Consumo e Produção Sustentáveis para a América Latina e Caribe - Rede PyCS do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA; Signatária da Declaração Internacional da Produção Mais Limpa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA; Participante da *Regions4 Sustainable Development;* Moderadora da Rede de Emergências Químicas da América Latina e Caribe-REQUILAC da Organização Pan-Americana da Saúde.

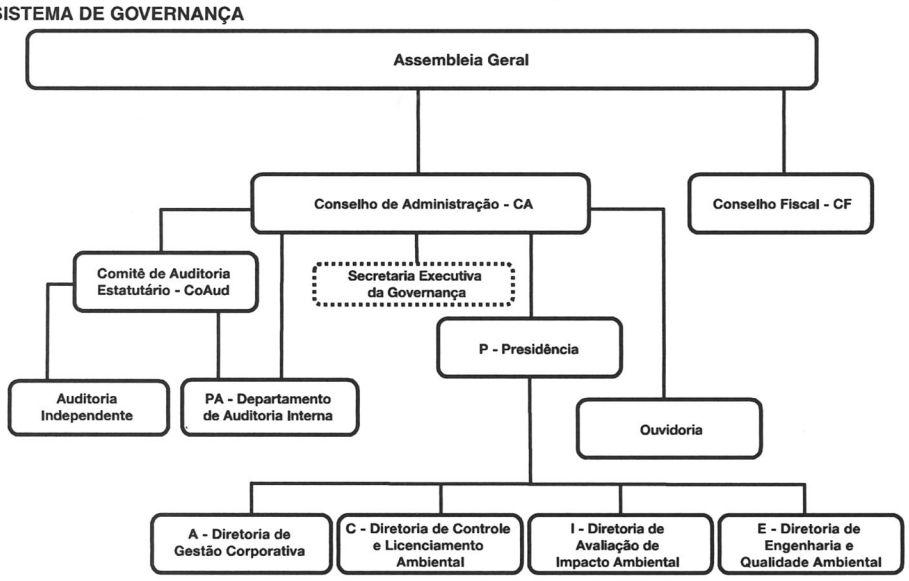
COMPROMISSO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprimento de suas atribuições legais, redução do grau de dependência financeira do Tesouro Estadual e atendimento ao interesse coletivo dentro dos princípios de excelência na gestão, conduta ética e das melhores práticas de governança corporativa.

GOVERNANÇA CORPORATIVA - CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CETESB divulga a Carta Anual de Governança Corporativa prevista na Lei Federal nº 13.303/2016 e consolida, no relatório, as informações relevantes referentes ao exercício social de 2020, nos termos do Decreto Estadual nº 62.349/2016. Adota as melhores práticas de governança corporativa, recomendadas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC e Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

SISTEMA DE GOVERNANÇA



Avaliação dos Administradores: Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada foram avaliados individualmente e de forma coletiva, contemplando gestão, resultados e conhecimento técnico, enquanto órgão colegiado e individual. **Remuneração dos Administradores**: A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário, do Conselho Fiscal e da Diretoria Colegiada seguiram os estritos termos da Deliberação do CODEC nº 001/2018, alterada pela Deliberação CODEC nº 001/2019. **Auditoria Independente:** A CETESB foi auditada pela RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S. **Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos:** Divulgado o Guia de Orientação do Canal de Denúncias. Foram realizadas capacitações dos gerentes das Agências Ambientais e Laboratórios sobre conflito de interesses, política de brindes e presentes, regime disciplinar e qualidade de atendimento. **Ouvidoria:** Recebidas 2.238 manifestações, das quais 99,73% foram atendidas. Foram 1.121 reclamações, 832 pedidos de informações, 226 denúncias, 46 elogios e 13 sugestões. **CANAL DE DENÚNCIAS:** Recebidas 69 denúncias, das quais 58 foram finalizadas e 11 estão em análise. São instituídas ações de melhorias, minimizando os riscos de novas irregularidades, adotadas medidas educativas, além de punitivas, aplicadas com base legal.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Existem transações com Órgãos e Entidades do Governo do Estado de São Paulo, principalmente com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, a qual está vinculada. Detalhes podem ser obtidos consultando o Balanço Patrimonial de 2020 em https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais/.

MEIOS PARA ATENDIMENTO DAS LEIS Nº 6.404/1976 E Nº 13.303/2016: Estatuto Social; Regimento Interno do Conselho de Administração - CA; Atas das reuniões do CA; Regulamento de Eleição do Representante dos Empregados para compor o CA; Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário - CoAud; Atas das reuniões do CoAud; Relatório Anual do CoAud; Vinculação do Departamento de Auditoria Interna ao CoAud; Regulamento da Auditoria Interna; Atas das reuniões do Conselho Fiscal; Código de Conduta e Integridade; Canal de Denúncias; Comitê de Ética; Regimento Interno do Comitê de Ética; Regimento Interno do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento; Regulamento de Licitações e Contratos; Plano de Negócios 2020 e da Análise de Riscos e Oportunidades para o período 2020 a 2024 e Política de divulgação de informações e de porta-vozes.

EXTRATO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA CETESB COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2020: encontra-se nesta publicação e no relatório completo.

A PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS REFLEXOS NO MEIO AMBIENTE: Como Agência Ambiental com atuação direta nas questões atreladas à qualidade ambiental e saúde pública, presta serviços públicos essenciais que não podem ter interrupção total. Realizou o monitoramento de SARS-CoV-2 em amostras de esgoto. Emitiu Licenças de Operação para abertura de novos hospitais. Implantou o trabalho remoto com ferramentas de comunicação a distância. Suspendeu viagens e a realização de eventos presenciais. Elaborou o Guia de Prevenção à COVID-19. Os cursos da Escola Superior da CETESB, que haviam sido suspensos, foram parcialmente retomados na modalidade a distância. A demanda de solicitações de licenças seguiu o rito normal. Suspendeu alguns prazos administrativos, nos procedimentos licenciatórios, prazos para apresentação de cumprimento de condicionantes e atendimento a notificações. Suspendeu procedimentos sancionatórios como os prazos para apresentação de defesa, recursos e documentos complementares e os prazos para o cumprimento das medidas definidas pelos planos de intervenção para áreas contaminadas que se revelaram inviáveis. Entretanto, não suspendeu os prazos referentes à renovação de licenças ambientais, autorizações, alvarás e Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental - CADRI, nos procedimentos que tramitam de forma eletrônica, o cumprimento das condicionantes ambientais caracterizadas como essenciais, tais como coletas de análises dos efluentes realizadas periodicamente pelas empresas, ações voltadas à fiscalização ambiental e atendimento a situações de emergências e comunicações obrigatórias à CETESB. As atividades de campo de monitoramento ambiental foram temporariamente suspensas ou reduzidas. Foram necessários novos procedimentos técnicos para tratamento de resíduos urbanos de serviços de saúde, para o licenciamento de hospitais de campanha, para a coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis, que demandaram rápida resposta da CETESB. Com a diminuição das atividades e da circulação de veículos, foram reduzidas as emissões atmosféricas geradas por esse tipo de fonte.

ESTRATÉGIA E VISÃO DE FUTURO: Alinhada ao Planejamento Estratégico, aos preceitos de sua missão, visão e valores, ao Plano de Negócios 2021 e à Análise de Riscos e Oportunidades 2021-2025 aprovados pelo CA e ao Plano Plurianual do Estado de São Paulo, com o programa "Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental", além de participar dos programas vinculados à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, "Educação Ambiental, Cidadania e Melhoria da Qualidade de Vida", "Fortalecimento do Planejamento e Gestão Ambiental" e "Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo".

APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA E DA INTEGRIDADE EMPRESARIAL: Fortalecimento dos controles internos e da governança corporativa.

COMPROMISSOS E METAS: Dinamização e modernização das atividades da CETESB; Gestão com foco na eficiência do processo de licenciamento ambiental; *Compliance* para os públicos externo e interno. Troca de experiências e conhecimentos, além de novas parcerias com o setor empresarial e *Great Place to Work* - mais produtividade e melhor atendimento.

COMPROMISSOS DE CONSECUÇÃO DE OBJETIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - Elaboração do Plano de Negócios 2021 e a Estratégia de Longo Prazo 2021-2025, em consonância com o Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2020-2023 (PL nº 924/2019), considerando a LDO 2021 e a LOA 2021.

PLANO ORÇAMENTÁRIO PARA 2021 - Recursos previstos da ordem de R$ 493 milhões.

ESTRATÉGIA 2021-2025: Eficiência e Sustentabilidade Financeira, Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Novas Tecnologias, Licenciamento Ambiental voltado para a Eficiência, Monitoramento Ambiental e Difusão do Conhecimento Ambiental.

GESTÃO: Repactuação de contratos de serviços e revisão das despesas com materiais e insumos. A Companhia honrou o pagamento dos salários dos empregados, dos tributos e dos fornecedores, sem depender de créditos suplementares do Tesouro do Estado. **GESTÃO DE FORNECEDORES**: Preferência para a contratação de micros e empresas de pequeno porte nas licitações. Número de fornecedores contratados e valor total contratado por meio licitação, dispensa e contratação direta: 503 e R$ 63,2 milhões; Aproximadamente13.300 fornecedores ativos. **GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:** Adequou a infraestrutura de tráfego de dados e segurança da informação disponibilizando o acesso remoto aos computadores da empresa para os empregados e atualizou o antivírus da Companhia. **GESTÃO DE CUSTOS:** Reduziu despesas com a verificação trimestral do planejamento dos desembolsos, renegociou contratos de prestação de serviços, suspendeu a conversão em abono pecuniário de 1/3 das férias. **GESTÃO DE RISCOS:** Integra o Programa de Integridade, com objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos. **GESTÃO DE RELACIONAMENTOS:** Coordena as Câmaras Ambientais, promovendo a melhoria da qualidade ambiental por meio da interação entre o poder público e os setores envolvidos. **GESTÃO DO CONHECIMENTO:** Oferece cursos e atua em parceria com entidades públicas e privadas. A Biblioteca possui um acervo técnico especializado na temática ambiental e ciências afins.

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE: Constituiu um Grupo de Trabalho para internalização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS. Como membro do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo - GRAPROHAB, analisa e emite parecer de viabilidade para empreendimentos habitacionais localizados em Área de Preservação Permanente, Área de Proteção aos Mananciais e Área de Proteção e Recuperação aos Mananciais; licencia empreendimentos para o abastecimento público de água, monitora os reservatórios de águas superficiais, subterrâneas e litorâneas, qualidade das praias, realiza atividades de vigilância ambiental do vírus Sars-Cov-2, da poliomielite, dos protozoários patogênicos e entéricos nos mananciais, esgotos, águas de reuso e outros e fiscaliza a emissão de fumaça preta nos veículos a diesel. Colabora na atualização e disseminação do conhecimento ambiental. Em conjunto com o setor produtivo, busca os meios de produção de menor impacto ambiental. Emite relatórios de qualidade ambiental, visando influenciar as políticas dos diversos órgãos executores.

CAPITAL FINANCEIRO

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: A receita operacional líquida teve redução, de R$ 443 para R$ 422 milhões em 2020. Suspendeu o pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade. Promoveu recuo de R$ 12.394 mil na linha custo de serviços e produtos vendidos. Não houve necessidade de crédito suplementar. Atuou na contenção de gastos com pessoal, diretos e indiretos. Embora a receita líquida tenha recuado, o resultado do exercício foi 82% melhor que o anterior, mesmo considerando que o índice de inadimplência dos débitos decorrentes de multas por infrações ambientais apresentou crescimento. O detalhamento dos itens: Receitas, Inadimplência, Despesas, Informações contábeis, Demonstração do resultado do exercício 2020, Notas explicativas às demonstrações contábeis, Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis e Parecer do conselho fiscal encontram-se nesta publicação e no relatório completo.

CAPITAL MANUFATURADO - RESULTADOS

ACORDO AMBIENTAL SÃO PAULO: Ampliação de 54 para 186 aderentes comprometidos com o envio de informações relativas ao balanço das emissões de gases de efeito estufa. **LOGÍSTICA REVERSA:** O número de planos recebidos saltou de 60 para 107 e foram 4.291 empresas inseridas em planos de Logística Reversa, das quais 2.380 situadas no estado de São Paulo. **SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO *ONLINE* DE RESÍDUOS SÓLIDOS - SIGOR - MÓDULO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL:** Implantado em São José do Rio Preto, Catanduva, Santos, Bertioga e Sertãozinho. Foram incluídos 1.029 usuários e emitidos 5.704 Controle de Transporte de Resíduos. **MÓDULO MANIFESTO DE TRANSPORTE DE RESÍDUO - MTR:** Lançado em dezembro, visa estabelecer a metodologia do Sistema de Manifesto de Resíduos, para subsidiar o controle dos resíduos gerados no estado de São Paulo, desde sua origem à destinação final. **LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS SUJEITOS À AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL, POR MEIO DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA/RIMA, RELATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR - RAP E ESTUDO AMBIENTAL SIMPLIFICADO - EAS:** Contribuiu em R$ 11,8 milhões nas receitas próprias e estima-se que tenha viabilizado investimentos no Estado na ordem de R$ 5,3 bilhões, com a concessão de 177 licenças em obras de infraestrutura e grandes empreendimentos. O licenciamento de empreendimentos com EIA/RIMA foi responsável pela captação de valores na ordem de R$ 10 milhões em compensações ambientais. Emitiu 178 pareceres de análise de Consulta Prévia; 99 autorizações de supressão de vegetação; 1.614 pareceres e informações técnicas de assessoria técnica especializada para apoio nas emissões de licenças de fontes de poluição e 118 pareceres e informações técnicas ao Ministério Público. **SALA DE CENÁRIOS:** 1.736 novos usuários. Ao final de 2020, apresentava 1.924 empreendimentos cadastrados e 1.694 tabelas com informações dos empreendimentos e indicadores ambientais. Ministrados 3 cursos *on-line,* para 153 participantes e disponibilizados 20 tutoriais. **LICENCIAMENTO AMBIENTAL ORDINÁRIO:** Atendidas 53.029 solicitações, com média de 202 solicitações atendidas por dia útil, 18,9% a mais de produtividade comparado à gestão anterior (2015-2018) e atendimento em 50 dias das solicitações de Licenciamento abertas em 2020. **TERMOS DE COMPROMISSO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - TCRA:** Avaliados 64 TCRA com mais de 5.000 mudas, onde 53 foram cumpridos, representando cerca de 1.709.000 de mudas, 9 arquivadas e 2 continuaram em outros processos.

MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL - ANÁLISES AMBIENTAIS: Realizados cerca de 210 mil ensaios. **ÁGUAS SUBTERRÂNEAS:** Analisados parâmetros físicos, químicos e biológicos em 251 pontos de monitoramento em poços tubulares e nascentes e 64 piezômetros nos aquíferos Bauru e Guarani. **REDE AUTOMÁTICA:** 17 estações de monitoramento da qualidade das águas superficiais, distribuídas nas bacias do Tietê, Pinheiros, Piracicaba e Paraíba do Sul e nos principais mananciais de abastecimento público da Região Metropolitana de São Paulo. **REDE BÁSICA:** Incluídos 12 pontos do Projeto Novo Rio Pinheiros aos 498 pontos de monitoramento existentes. Em razão da pandemia, foram priorizados 104 pontos de amostragem. Ao final de 2020 o monitoramento foi ampliado, totalizando 225 pontos. **QUALIDADE DAS PRAIAS DE RIOS E RESERVATÓRIOS:** Priorizadas as praias localizadas nos reservatórios Guarapiranga e Billings. **ÁGUAS SUPERFICIAIS COSTEIRAS - ÁGUAS SALINAS E SALOBRAS - REDE DE ÁGUAS COSTEIRAS:** Acrescidos 3 pontos, totalizando 69 pontos de amostragem. **QUALIDADE DAS PRAIAS - BALNEABILIDADE:** o monitoramento, temporariamente paralisado, foi retomado gradualmente. No início de dezembro, todos os 170 pontos, distribuídos em 150 praias de 15 municípios estavam sendo monitorados. **REDE DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR**: com estações fixas e móveis, é importante para avaliar os efeitos da redução das atividades causados pela pandemia na qualidade do ar. Conta com 63 estações automáticas, 22 pontos de monitoramento manual, totalizando 85 estações; são 800 equipamentos e 20.000 dados diários, divulgados na *internet*, no Boletim de Qualidade do Ar. **PROGRAMA PARA MELHORIA DA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS A DIESEL - PMMVD:** Renovação do Protocolo de Intenções com o Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de São Paulo e 3 treinamentos técnicos. Publicação do Relatório de Emissões Veiculares "Emissões Veiculares no Estado de São Paulo - 2019". **AÇÕES EM CAMPO PARA FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULOS DIESEL:** Realizadas 10 ações de fiscalização de veículos diesel em rodovias e fiscalizados 32 veículos por meio da medição da opacidade e da verificação da qualidade do insumo ARLA-32. **ESTRUTURAÇÃO DAS NOVAS FASES DO PROCONVE E PROMOT:** Publicadas 4 Instruções Normativas IBAMA e 2 Normas técnicas ABNT. **FISCALIZAÇÃO:** Realizadas 28.987 inspeções técnicas em Fontes Fixas e emitidos 3.024 Autos de Advertências, 1.478 Autos de Penalidade de Multas e 10 Autos de Interdição, sendo 4 em aterros e 6 em indústrias. Nos postos de combustíveis foram 4.220 inspeções, aplicadas 5 multas diárias, 184 multas e 448 advertências. Editada a Decisão de Diretoria nº 055/2020/P, que estabeleceu procedimentos nos processos administrativos sancionatórios para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. **RESÍDUOS - Esgoto Doméstico:** Queda de 39 para 38 municípios sem tratamento. Concedidas 162 licenças em Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, realizadas 495 inspeções em sistemas de tratamento de esgotos, e aplicadas 52 advertências e 19 multas. **Resíduos Sólidos Urbanos:** Realizadas 969 inspeções, aplicadas 92 advertências e 77 multas e interditados 4 aterros. **ATENDIMENTOS ÀS RECLAMAÇÕES RELATIVAS ÀS FONTES DE POLUIÇÃO:** Registradas 9.859 reclamações relativas à fontes de poluição e 1.735 relativas à emissão de fumaça. **EMERGÊNCIAS QUÍMICAS:** Realizados 345 atendimentos. O Centro de Controle de Desastres e Emergências Químicas opera 24 horas por dia e os atendimentos são recebidos nos telefones 08000 113560 e (11) 3133 4000. **ÁREAS CONTAMINADAS:** São 1.505 áreas contaminadas em investigação ou avaliação de risco e 4.900 áreas aptas para o uso ou com solução aprovada. **PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO:** Participou, no continente Antártico, da 8ª campanha de monitoramento e amostragem de solo, na Estação Antártica Comandante Ferraz, após o incêndio ocorrido em 2012, objetivando avaliar eventuais riscos à saúde das pessoas que desenvolvem atividades na área. **SUPORTE TÉCNICO AO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - FEHIDRO -** Contribui na liberação de verbas oriundas de financiamento a fundo perdido para obras de saneamento. Indiretamente contribui com os municípios, principais tomadores deste recurso, na orientação dos projetos apresentados. Emitiu 53 pareceres de Aprovação de Viabilidade Técnica em apoio técnico ao FEHIDRO, com investimentos na ordem de R$ 32 milhões.

continuação

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2020

Relatório na íntegra disponível em https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais/

CAPITAL INTELECTUAL

Inovação: Migração dos *e-mails* possibilitando a utilização de ferramentas para videoconferências, planejamento de projetos e tarefas, e atualização da versão do *ERP Protheus*. Para o Licenciamento Ambiental, foram desenvolvidos indicadores de produtividade, com o intuito de avaliar o rendimento e a sua evolução. **ESCOLA SUPERIOR DA CETESB:** Realização de 82% das atividades a distância. Foram organizados 55 cursos e eventos técnicos para 1.363 participantes e acompanhamento de 163 reuniões virtuais. **NORMALIZAÇÃO TÉCNICA:** Acervo de 104 normas técnicas vigentes, disponibilizadas por meio da Biblioteca e no *site* da CETESB. **PUBLICAÇÕES:** Relatório de Qualidade das Praias Litorâneas no Estado de São Paulo - 2019; Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo - 2019; Relatório de Qualidade das Águas Costeiras no Estado de São Paulo - 2019; Relatório de Qualidade das Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo - Boletim 2019; Relatório de Qualidade do Ar no Estado de São Paulo - 2019; Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos - 2019; Diagnóstico da Contaminação de Águas Superficiais, Subterrâneas e Sedimentos por Agrotóxicos - 2019; Biomonitoramento Participativo de Córregos, Riachos e Ribeirões - 2019; Programa Nascentes 5 anos de sucesso - 2020; Instrumentos de Planejamento, Licenciamento e Gestão Ambiental no Estado de São Paulo; Caderno de Apoio para Profissionais - 2019.

CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO

COMUNIDADES QUILOMBOLAS: Participou no estabelecimento de procedimento emergencial para feitura de roças em comunidades quilombolas e tradicionais no período de quarentena. **CÂMARAS AMBIENTAIS:** Indústria da Construção; Indústria Têxtil; Setor da Madeira, do Mobiliário e de Papel, Papelão e Celulose; Indústrias Químicas e Petroquímicas; Comércio de Derivados de Petróleo; Gerenciamento de Áreas Contaminadas; Setor de Mineração; Setor de Refrigeração, Ar-Condicionado, Aquecimento e Ventilação; Setor de Resíduos; Setor Sucroenergético; Mudanças Climáticas; Conciliação e Setor de Suinocultura. **COMUNICAÇÃO SOCIAL:** Implantação do Alô CETESB, para difusão dos temas ambientais. Nas mídias eletrônicas foram 210 publicações, resultando em aumento de seguidores. Foram 3.898.114 visualizações das páginas da CETESB.

CAPITAL NATURAL - SUSTENTABILIDADE

ETANOL DE SEGUNDA GERAÇÃO: Condução conjunta das Agências Ambientais no licenciamento de unidades para sua produção. **ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA:** implantação nas Agências de Osasco e Santo Amaro. **ENERGIA ELÉTRICA:** redução no consumo médio mensal na Sede, de 416 MWh em 2000 para 251 MWh em 2020. **ÁGUA TRATADA:** Redução do consumo médio mensal na Sede, de 6.043 m³ em 1999 para 976 m³ em 2020. **ÁGUA PLUVIAL**: aumento na proporção do consumo. **RESÍDUOS SÓLIDOS:** 19,2 t da Sede destinados à reciclagem e 926 kg de equipamentos eletroeletrônicos dos empregados, redução de 53% das cópias reprográficas e de 57% do consumo de papel sulfite. **BOAS PRÁTICAS:** canecas de inox e copos biodegradáveis de papel, bicicletários, exigências rigorosas nas contratações de obras e serviços para utilização de equipamentos mais eficientes e a adoção de tecnologia mais limpa, ampliação do catálogo de compras de produtos sustentáveis, substituição gradativa de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas *LED,* área de armazenamento temporário de resíduos perigosos e horta solidária.

CAPITAL HUMANO

Pratica uma política salarial única, sem distinção de gênero. Os cargos e as faixas salarias são definidos paras as divisões ocupacionais: Operacionais, Técnicos de Nível Médio, Universitários e Gerenciais. A ocupação dos cargos gerenciais é equilibrada entre os gêneros. **BENEFÍCIOS CONCEDIDOS** e **PROGRAMAS E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS:** detalhados no Relatório completo.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Aos Acionistas e aos Conselheiros da **CETESB** - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB"; "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e emitimos nosso relatório sem ressalvas em 17 de março de 2021. Adicionalmente, examinamos as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que apresentam informações complementares às demonstrações financeiras examinadas, não sendo requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão apresentadas para possibilitar uma análise adicional.

Em nossa opinião, as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, como informação complementar às demonstrações financeiras acima referidas tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das informações de sustentabilidade". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Informações de Sustentabilidade

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação do Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as informações por ela julgada relevantes para fins de informações complementares e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das informações livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor na auditoria das informações de sustentabilidade

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das evidências e controles utilizados e a razoabilidade das estimativas dos dados de sustentabilidade e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, das bases de sustentabilidade, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a outras situações que nos levem a uma modificação em nossa opinião.

• Avaliamos a adequação das políticas e procedimentos e a razoabilidade das estimativas em sustentabilidade e respectivas divulgações feitas pela administração. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2020

Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S
CRC RS - 005460/0-O "T" - SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador - 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP - Responsável Técnico

GESTÃO

Conselho de Administração - Presidente: Cláudio Carvalho de Lima; **Conselheiros:** Patrícia Iglecias; Susana Hanna Stiphan Jabra; Kelly Lopes Lemes (a partir de 29.04.2020); Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto; João Carlos Castilho Garcia; Jorge Alberto Soares Tenório; Luiz Antonio Carvalho Pacheco; Marcio Rea (até 14.10.2020), Nilton Lagana Júnior (a partir de 14.10.2020); Orestes Marraccini Gonçalves. Conselheiros Representantes dos Empregados: Wagner de Ornellas Pereira (até 20.05.2020); Tatiana Pereira Campos (a partir de 17.06.2020). **Comitê de Auditoria Estatutária: Coordenadora:** Susana Hanna Stiphan Jabra; **Membros**: Ruy Martins Altenfelder da Silva, Afonso Antonio Hennel. **Diretoria Colegiada:** Patrícia Iglecias - Diretora Presidente; Clayton Paganotto - Diretor de Gestão Corporativa; Zuleica Maria de Lisboa Perez - Diretora de Controle e Licenciamento Ambiental; Domenico Tremaroli - Diretor de Avaliação de Impacto Ambiental; Carlos Roberto dos Santos - Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental. **Conselho Fiscal: Titulares:** Heloísa Maria de Salles Penteado Proença, José Ricardo Mega Rocha, José Valter da Silva Júnior, Roberto Yoshikazu Yamazaki, Nanci Cortazzo Mendes Galuzio (até 23.04.2020), Pedro Henrique Giocondo Guerra (a partir de 24.04.2020); **Suplentes:** Maria Aparecida de Jesus Melo; David Polessi de Moraes; até 23.04.2020: Manoel Victor de Azevedo Neto, Amauri Gavião Almeida Marques da Silva; Humberto Macedo Puccinelli; a partir de 24.04.2020: Maria Cristina Lopes Victorino, Angelo Luiz Moreira Grossi, Edson Tomaz de Lima Filho.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (valores em milhares de reais)

Ativo	2020	2019	Passivo e Patrimônio Líquido	2020	2019
Circulante	**101.748**	**92.276**	**Circulante**	**106.908**	**101.551**
Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios (nota 04)	34.522	16.232	Fornecedores (nota 09)	6.104	6.068
Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (nota 04)	21.353	28.407	Salários e Remunerações a Pagar (nota 10)	42.106	42.047
Clientes e Outras Contas a Receber	132	440	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 11)	19.556	18.587
Adiantamentos a Empregados	2.397	1.790	Adiantamentos de Convênios (nota 12)	13.260	16.085
Impostos a Recuperar	106	650	Adiantamentos de Clientes	301	28
Parcelamentos a Receber (nota 05)	40.905	40.891	Outras Contas a Pagar	1.770	990
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 06)	1.102	2.861	Provisão para Contingências (nota 13)	23.811	17.746
Estoques	661	542	**Não Circulante**	**36.613**	**43.830**
Despesas Exercício Seguinte	570	463	Impostos Reservas de Reavaliação	1.401	1.475
Não Circulante	**234.111**	**249.544**	Adiantamentos de Convênios (nota 12)	8.093	9.596
Realizável a Longo Prazo	115.106	118.007	Provisão para Contingências (nota 13)	27.119	32.759
Depósitos Judiciais (nota 13)	9.939	9.933	**Patrimônio Líquido**	**192.338**	**196.439**
Adiantamentos a Empregados	2.883	3.529	Capital Social (nota 14a)	169.577	169.577
Parcelamentos a Receber (nota 05)	11.265	18.649	Ações em Tesouraria (–)	(1)	(1)
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 06)	89.654	84.860	Reservas de Capital (nota 14b)	3.834	7.698
Impostos a Recuperar	1.365	1.036	Reservas de Reavaliação (nota 14c)	18.928	19.165
Imobilizado (nota 07)	116.826	127.657	**Total**	**335.859**	**341.820**
Intangível (nota 08)	2.179	3.880			
Total	**335.859**	**341.820**			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(valores em milhares de reais)

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Receita de Serviços e Vendas				**Despesas/Receitas Operacionais**			
Subvenção de Custeio		214.901	205.716	Despesas Administrativas	16	(143.290)	(142.240)
Exercício do Poder de Polícia Delegado		220.935	256.738	Despesas/Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		7.011	2.922
Venda de Serviços e Produtos		4.880	8.884	Outras Despesas e Receitas Operacionais	17	8.293	(3.125)
Deduções		(19.356)	(28.996)			**(127.986)**	**(142.443)**
Total Receitas Líquidas	15	**421.360**	**442.342**	**Resultado Operacional antes dos Encargos Financeiros**		**(6.681)**	**(27.083)**
Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados	16	**(300.055)**	**(326.982)**	**Encargos Financeiros Líquidos**	18	2.241	2.530
Lucro Bruto		**121.305**	**115.360**	**Prejuízo do Exercício**		**(4.440)**	**(24.553)**
				Prejuízo por Lote de Mil Ações de Capital		(R$0,79)	(R$4,34)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(valores em milhares de reais)

	Capital Social	Adiantamento para Aumento de Capital	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**169.522**	**54**	**(1)**	**30.554**	**19.402**	**–**	**219.531**
Capital autorizado pelo Governo do Estado	54	(54)	–	–	–	–	–
Realização das Reservas de Reavaliação	–	–	–	–	(237)	–	(237)
Diferimento da tributação sobre Reservas	–	–	–	–		312	312
Bens Recebidos em Doação	–	–	–	1.385	–	–	1.385
Prejuízo do Período						(24.553)	(24.553)
Transferência para Reservas de Capital	–	–	–	(24.241)	–	24.241	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**169.577**	**–**	**(1)**	**7.698**	**19.165**	**–**	**196.439**
Realização das Reservas de Reavaliação	–	–	–	–	(237)	–	(237)
Diferimento da tributação sobre Reservas	–	–	–	–	–	312	312
Prejuízo do Período	–	–	–	–	–	(4.440)	(4.440)
Resultado Exercícios Anteriores:							
Compensação Encargos Previdenciários	–	–	–	–	–	264	264
Transferência para Reservas de Capital	–	–	–	(3.864)	–	3.864	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**169.577**	**–**	**(1)**	**3.834**	**18.928**	**–**	**192.338**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(valores em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do Exercício	**(4.440)**	**(24.553)**
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Provisão Contingências Trabalhistas/Cíveis	426	4.132
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa	31.211	47.500
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outras	371	2.141
Provisão PPR - Programa de Participação nos Resultados	(17)	(10.768)
Depreciação do Imobilizado	13.137	14.915
Amortização do Intangível	1.701	1.702
Realização Reserva de Reavaliação	75	75
Compensação de Encargos Previdenciários	264	–
Baixas no Ativo Imobilizado	4	671
Subtotal	**42.732**	**35.815**
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante		
Clientes e Outras Contas a Receber	162	(135)
Adiantamentos a Empregados	244	(652)
Impostos a Recuperar	210	520
Parcelamentos a Receber	6.944	448
Valores a Receber - Dívida Ativa	(34.246)	(19.182)
Estoques	(118)	282
Despesas Exercício Seguinte	(107)	133
Depósitos Restituíveis	(6)	157
Subtotal	**(26.917)**	**(18.429)**
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	36	(953)
Salários e Remunerações a Pagar	77	(6.655)
Impostos e Contribuições a Recolher	969	(666)
Adiantamentos de Convênios	(4.328)	(690)
Adiantamentos de Clientes	273	(127)
Outras Contas a Pagar	779	(691)
Impostos Reservas de Reavaliação	(75)	(77)
Subtotal	**(2.269)**	**(9.859)**
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**13.546**	**7.527**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	(2.310)	(10.383)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**(2.310)**	**(10.383)**
Atividades de Financiamento		
Bens recebidos em Doação	–	1.385
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	**–**	**1.385**
Capital Circulante Líquido	**11.236**	**(1.471)**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	44.639	46.110
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	55.875	44.639
Variação líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa	**11.236**	**(1.471)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

continuação

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(valores em milhares de reais)

01 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, onde a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9989% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente, e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição, e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16, e aplica, no que couber, a Instrução nº 480, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Conjuntura Econômica:

A CETESB, em razão da pandemia provocada pela Covid-19, que trouxe diversos desdobramentos adversos ao cenário global, permanece contribuindo ativamente de forma a promover a segurança dos seus empregados e a continuidade e qualidade dos serviços prestados à população. Desde 16 de março de 2020, a partir da publicação da Decisão de Diretoria nº 022/2020/P, a CETESB adotou o trabalho remoto, sendo obrigatório para empregados a partir de 60 anos de idade e/ou com doenças preexistentes, autorizou a utilização de horário móvel para trabalho, restringiu viagens nacionais e internacionais, ampliou a utilização de meios de comunicação remota, entre outras medidas.

Com a publicação do Decreto Estadual nº 64.937, de 13 de abril de 2020, que determinou a adoção das medidas necessárias para preservar a saúde financeira das empresas estaduais frente à pandemia do novo coronavírus, a CETESB implementou as seguintes medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais: suspensão da conversão em abono pecuniário de 1/3 das férias, suspensão da antecipação da 1ª parcela do 13º salário e diferimento do pagamento do 1/3 de férias constitucional para pagamento concomitante ao 13º salário. Com estas ações, a CETESB veio a economizar R$ 300 mil/mês de abril a dezembro. Outras medidas de austeridade vieram a somar às citadas, como a renegociação de contratos com fornecedores, gestão de despesas corporativas e a suspensão dos investimentos planejados para 2020.

No campo dos resultados, após três primeiros trimestres em prejuízo, no quarto trimestre foi apurado lucro de R$ 22 milhões, fruto da grande receita obtida em dezembro e da continuidade das ações de redução de despesas.

No 4º trimestre presenciamos a rápida evolução no processo de desenvolvimento de vacinas contra a doença, com alguns países já tendo iniciado um programa de imunização de seus cidadãos. O Instituto Butantã e o Governo do Estado de São Paulo iniciaram em janeiro de 2021 a vacinação no território nacional.

02 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em observância à Norma Brasileira de Contabilidade - Geral - NBC TG 24, a Administração autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 05 de fevereiro de 2021. As demonstrações foram elaboradas em observância às resoluções emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis emitidos, que incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisões estimadas para perdas de créditos a receber, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes.

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

03 Práticas Contábeis

a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b. Aplicações Financeiras

Os valores aplicados são acrescidos dos rendimentos financeiros auferidos até a data do balanço.

c. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui garantias reais em fase de execução ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo, em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade - Geral - NBC TG 25 (R1).

d. Estoques

Os estoques de materiais e de produtos, empregados nos laboratórios, estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

e. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, realizada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07.

A Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31/12/2003, como novo valor de custo dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens.

f. Ativo Intangível

Composto por licenças de softwares, adquiridas para utilização da Companhia em suas atividades administrativas e operacionais; os saldos de intangível são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa descrita na Nota 08.

g. Redução ao valor recuperável - Imobilizado e Intangível

A Companhia efetua testes periódicos visando à necessidade de ajuste ao valor recuperável dos bens que compõem o imobilizado e intangível, não sendo identificados indícios de desvalorização significativa, considerado as atividades estatutárias da empresa, utilização dos bens e os grupos contábeis os quais são aplicáveis o referido teste.

h. Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até a data do balanço, calculados com base nos direitos adquiridos pelos empregados.

i. Contabilização dos Convênios

A Companhia celebra "Convênios" com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas.

j. Contribuição Social

A Companhia é optante pela tributação com base no Lucro Real, sendo que em 31/12/2020, o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, acarretou em prejuízo fiscal. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

k. Passivos Contingentes - Trabalhistas, Fiscais e Cíveis

Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade - Geral - NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não mensuráveis com suficiente segurança, e classificados como de perdas remotas não são provisionados e divulgados.

l. Gestão Previdenciária

A Companhia firmou contrato de prestação de serviços em outubro de 2020 para aferição dos pagamentos de encargos previdenciários, identificando valores pagos a maior, inclusive dos últimos 5 exercícios. Em dezembro de 2020, foram apurados valores pagos a maior de janeiro de 2016, no montante de R$ 360 mil, os quais foram compensados no recolhimento do INSS patronal da competência de dezembro de 2020.

m. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Empresa, não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

04 Equivalentes de Caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro rata até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Os valores relativos a convênios observam os mesmos procedimentos dos recursos próprios, todavia, são tratados separadamente porque estão vinculados aos chamados "convênios" (vide nota explicativa 12) e não podem ser aplicados na operação regular da Companhia.

	2020	2019
Bancos	1.431	3.254
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios	33.091	12.978
Total Recursos Próprios	34.522	16.232
Aplicações Financeiras - Vinculadas a Convênios	21.353	28.407
Total	**55.875**	**44.639**

05 Parcelamentos a Receber

	Circulante		Não Circulante	
	2020	2019	2020	2019
Multas Fontes Móveis	20.332	19.894	1.426	2.323
Multas Fontes Estacionárias	16.483	17.822	13.088	16.561
Multas Agenda Verde	4.723	4.093	9.887	12.183
Assistência Médica	311	307	180	199
Cursos	–	–	7	7
PCLD [1]	(966)	(1.239)	(13.323)	(12.624)
Atualização Legal	22	14	–	–
Total	**40.905**	**40.891**	**11.265**	**18.649**

Nota: [1] PCLD - Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia aplica multas ambientais, conforme legislação vigente e os valores a receber estão representados substancialmente por multas aplicadas em empresas e outras entidades as quais aderiram a um programa de parcelamento.

06 Valores a Receber - Dívida Ativa

No exercício de 2020, a Companhia continuou efetuando inscrições de multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa - SDA, administrado pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, apropriando no resultado somente quando a receita é classificada como provável, com perspectiva de recebimento praticamente certo.

Para os títulos a receber, registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, a Companhia constituiu provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa na ordem de 90%, independentemente do prazo de inscrição do título.

A título de informação, no exercício 2020, a Companhia recebeu o montante de R$ 9.295 mil, de títulos inscritos na Dívida Ativa (R$ 22.440 mil no exercício de 2019).

a) Inscrições na Dívida Ativa - CIRCULANTE:

	2020	2019
a) Inscrições na Dívida Ativa - CIRCULANTE	**1.102**	**2.861**
Recebimentos com perspectiva de até 1 exercício social	9.240	22.500
Arrecadação de multas a repassar	178	611
PCLD (–)	(8.316)	(20.250)

b) Inscrições na Dívida Ativa - NÃO CIRCULANTE:

	2020	2019
b) Inscrições na Dívida Ativa - NÃO CIRCULANTE	**89.654**	**84.860**
Recebimentos com perspectiva acima de 1 exercício social	851.781	815.040
PCLD (–)	(766.604)	(733.537)
Atualização Legal	42.469	31.270
PCLD (–)	(38.222)	(28.143)
CDA´s pagas com código indevido	2.294	2.294
PCLD (–)	(2.064)	(2.064)

c) Composição da PCLD - Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	2020	2019
Multas Fontes Estacionárias	703.354	667.360
Multas Fontes Móveis	856	822
Multas Agenda Verde	62.394	65.355
Total	**766.604**	**733.537**

Com o intuito de aprimorar o critério de estabelecimento da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia vem desenvolvendo esforços, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, para analisar os processos de multas ambientais inscritos na dívida ativa do Estado, os quais totalizam aproximadamente 20.852 inscrições. A apuração está sendo realizada de forma analítica, ou em grupos de processos que se encontram numa mesma situação, com o objetivo de apurar os créditos e suas reais perspectivas de realização, para elaboração de provisão que possa ser constituída por título.

07 Imobilizado

a. Saldos Patrimoniais

	Depreciação	2020			2019		
	Taxa % a.a.	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terrenos		14.957	–	14.957	14.957	–	14.957
Edifícios e Instalações	1,82 a 2,86	62.122	(36.783)	25.339	62.046	(33.968)	28.078
Rede Telemétrica	10	2.288	(2.288)	–	2.664	(2.664)	–
Máquinas e Equipamentos	10	97.228	(63.828)	33.400	92.923	(56.815)	36.108
Móveis e Utensílios	10	5.253	(4.146)	1.107	5.204	(3.850)	1.354
Veículos e Embarcações	20 e 5	15.853	(14.835)	1.018	15.690	(14.467)	1.223
Microcomputadores/Periféricos	20	20.635	(17.996)	2.639	20.427	(16.538)	3.889
Benfeitorias em Propriedades de 3º	20	31.936	(6.929)	25.007	25.735	(5.749)	19.986
Outras Imobilizações		1.033	(155)	878	1.033	(153)	880
Imobilizações em Andamento		12.481	–	12.481	21.182	–	21.182
Total		**263.786**	**(146.960)**	**116.826**	**261.861**	**(134.204)**	**127.657**

b. Movimentação

	2019	Aquisições	Baixas	Transferência entre contas	Depreciações	2020
Terrenos	14.957	–	–	–	–	14.957
Edifícios e Instalações	28.078	68	–	7	(2.815)	25.338
Rede Telemétrica	–	–	(377)	–	377	–
Máquinas e Equipamentos	36.108	95	–	4.210	(7.012)	33.401
Móveis e Utensílios	1.354	50	–	–	(297)	1.107
Veículos e Embarcações	1.223	163	–	–	(368)	1.018
Microcomputadores/Periféricos	3.889	209	–	–	(1.458)	2.640
Benfeitorias em Propriedades de 3º	19.986	35	(8)	6.174	(1.180)	25.007
Outras Imobilizações	880	–	–	–	(3)	877
Imobilizações em Andamento	21.182	1.690	–	(10.391)	–	12.481
Total	**127.657**	**2.310**	**(385)**	**–**	**(12.756)**	**116.826**

	2018	Aquisições	Baixas	Transferência entre contas	Depreciações	2019
Terrenos	14.957	–	–	–	–	14.957
Edifícios e Instalações	30.478	45	–	420	(2.865)	28.078
Rede Telemétrica	–	–	–	–	–	–
Máquinas e Equipamentos	41.283	1.385	(3.907)	676	(3.329)	36.108
Móveis e Utensílios	1.625	91	(337)	–	(25)	1.354
Veículos e Embarcações	2.587	11	(10)	–	(1.365)	1.223
Microcomputadores/Periféricos	5.398	708	(682)	–	(1.535)	3.889
Benfeitorias em Propriedades de 3º	20.752	177	–	25	(968)	19.986
Outras Imobilizações	881	2	–	–	(3)	880
Imobilizações em Andamento	14.907	7.965	(569)	(1.121)	–	21.182
Total	**132.868**	**10.384**	**(5.505)**	**–**	**(10.090)**	**127.657**

08 Intangível

a. Saldos Patrimoniais

	Amortização	2020			2019		
	Taxa % a.a.	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Software	20	9.086	6.907	2.179	9.086	5.206	3.880
Total		**9.086**	**6.907**	**2.179**	**9.086**	**5.206**	**3.880**

b. Movimentação

	2019	Aquisições	Baixas	Transferência entre contas	Amortizações	2020
Software	3.880	–	–	–	(1.701)	2.179
Total	**3.880**	**–**	**–**	**–**	**(1.701)**	**2.179**

	2018	Aquisições	Baixas	Transferência entre contas	Amortizações	2019
Software	5.581	–	–	–	(1.701)	3.880
Total	**5.581**	**–**	**–**	**–**	**(1.701)**	**3.880**

09 Fornecedores

	2020	2019
Fornecimento Vale-Refeição	1.436	1.365
Serviços Assistência Médica	1.749	750
Fornecimento Vale-Alimentação	488	928
Serviços de Limpeza	293	287
Serviços de Segurança	234	266
Serviços de Informática	455	279
Serviços Gestão Previdenciária	119	–
Energia Elétrica	149	2
Telefonia	91	83
Serviços de Manutenção	84	451
Água e Esgoto	22	40
Prestação de serviços diversos	984	1.617
Total	**6.104**	**6.068**

10 Salários e Remunerações a Pagar

	2020	2019
Salários	9	26
Provisão Férias e Encargos Sociais	42.082	41.734
Provisão Licença Premio	15	270
Provisão Programa Participação Resultados	–	17
Total	**42.106**	**42.047**

A Companhia provisiona os salários, férias, honorários e programa de participação dos resultados a pagar, quando aprovado, adicionados aos encargos sociais correspondentes, tais como: FGTS e INSS.

O Decreto nº 59.598 de 16 de outubro de 2013, dispõe sobre a participação dos empregados nos lucros ou resultados das empresas estatais. No exercício de 2020, em observância ao Decreto nº 64.937 de 13/04/2020, no contexto da Pandemia Covid-19, foram suspensas despesas com participações nos resultados.

continuação

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(valores em milhares de reais)

11 Impostos e Contribuições a Recolher

	Circulante	
	2020	2019
Folha de Pagamento	18.274	16.844
De Terceiros	1.207	1.668
De Reserva de Reavaliação	75	75
Total	**19.556**	**18.587**

12 Adiantamentos de Convênios

	Circulante		Não Circulante	
	2020	2019	2020	2019
FEHIDRO	4.362	6.270	4.159	5.721
DERSA	2.090	2.719	–	–
ANA - Agência Nacional de Águas	1.578	1.454	–	–
PNUMA	865	1.150	20	22
FECOP	670	835	858	995
FID Secretaria da Justiça	667	703	–	–
CPLA	694	700	1.081	1.076
COSAN	511	522	–	–
PETROBRAS	438	450	698	695
Outros	1.385	1.282	1.277	1.087
Total	**13.260**	**16.085**	**8.093**	**9.596**

A Companhia celebrou vários instrumentos que foram agrupados e chamados de "convênios". Dentre eles há: Termos de Convênios, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Termos de Compensação Ambiental, Instrumentos de Acordos decorrentes de sentenças judiciais, Termos de Doação, Termos de Colaboração e outros mais. Cada convênio tem suas cláusulas, tais como: objetivo, plano de trabalho, cronograma, valor, prazo e outras. A maior parte deles foi celebrada com o FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos, que tem por objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos no Estado de São Paulo. Na tabela acima foram detalhados os valores recebidos antecipadamente, para o desenvolvimento de projetos e estão sujeitos a aprovação final, mediante aprovação das prestações de contas. Legenda e detalhes de alguns convênios: DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A, compensação ambiental; ANA - Agência Nacional de Águas, qualidade das águas do Estado de São Paulo; PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realização de workshop Convenção de Estocolmo; FECOP - Programa Estadual de Prevenção e Controle da Poluição, destina-se a apoiar e incentivar a execução de projetos relacionados ao controle, à preservação e à melhoria das condições do meio ambiente no Estado de São Paulo; FID - Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos, dentre outros objetivos, destina-se a financiar projetos destinados ao ressarcimento, à coletividade, dos danos causados ao meio ambiente e CPLA - extinta Coordenadoria de Planejamento Ambiental, projeto de resíduos sólidos urbanos.

13 Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais

a) Com base na análise e classificação dos processos ajuizados contra a Companhia, suportadas por opinião de seu Departamento Jurídico, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais no Passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis:

	Circulante		Não Circulante	
Contingências	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas	11.171	14.671	8.179	7.793
Cíveis	12.640	3.075	476	6.803
Fiscais:				
Autos Infrações 2009	–	–	18.464	18.163
Total	**23.811**	**17.746**	**27.119**	**32.759**

O montante em 31/12/2020, registrado em Depósitos Judiciais (Ativo não Circulante) efetuados para contingências trabalhistas e cíveis é de R$ 9.939 mil (R$ 9.933 mil em 31/12/2019).

b) A movimentação das provisões no exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

Ações	**Trabalhistas**	**Cíveis/Fiscais**
Saldo em 31/12/2019	**22.464**	**28.041**
Adições	1.109	4.770
Baixas/Reversões (–)	(4.223)	(1.231)
Saldo em 31/12/2020	**19.350**	**31.580**

c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros em andamento, e estes litígios tramitam tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, os quais, quando aplicáveis, estão resguardados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seu Departamento Jurídico.

A seguir, o detalhamento da natureza das Provisões:

- Provisão para Contingências Trabalhistas - consiste, principalmente, em reclamações de ex-empregados reivindicando a reintegração no emprego, com o pagamento dos salários vencidos no período de afastamento e diferenças de verbas rescisórias.
- Provisão para Contingências Cíveis - consiste, principalmente, em ações com características próprias, sendo, em sua grande maioria, mandados de segurança, contra a aplicação das fórmulas para cálculo do preço das licenças ambientais decorrentes da Decisão de Diretoria nº 315/2015/C e dos Decretos Estaduais nº 62.973/2017 e nº 64.512/2019, em que há a possibilidade de desembolso indireto pela devolução de valores pagos no âmbito dos processos licenciatórios. Devido à alteração na gerência do Departamento Jurídico, houve uma revisão na metodologia anteriormente aplicada, adotando-se o valor da causa como base do provisionamento.
- Provisão para Contingências Fiscais - No exercício de 2014, foi contabilizado o valor de R$ 36.587 mil, referente ao montante de contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) relativas ao exercício de 2009, conforme crédito tributário constituído pela Receita Federal do Brasil, em fiscalização concluída no exercício em questão. O montante atualizado em 31/12/2020 é de R$ 61.519 mil, sendo classificado pelo Departamento Jurídico da seguinte forma: R$ 18.464 mil, como perda provável, e R$ 43.055 mil como perda possível. O referido crédito tributário encontra-se em execução fiscal, processo nº 0033927-88.2015.403.6182 e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB. O Seguro Garantia poderá ser alterado, conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

Ainda sobre o processo relativo à fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 27/09/2018, o órgão emitiu Auto de Infração e Termo de Ciência de Lançamento e de Encerramento Parcial do Procedimento Fiscal nº 081.9000.2016.01291, contra a CETESB, relativo à CSLL do exercício de 2013, no montante de R$ 26.249 mil, sendo que a Companhia ingressou com impugnação ao Auto de Infração na esfera administrativa, questionando o valor arbitrado da contribuição, composto por: montante principal de R$ 6.571 mil, e multa de R$ 19.678 mil. Nos termos do Acórdão nº 16-86.301, proferido em 14/03/2019, pela 10ª Turma da DRJ/SPO, a impugnação foi julgada procedente em parte, mantendo o crédito tributário no valor originário de R$ 3.548 mil, cujo valor atualizado em 31/12/2020 é de R$ 5.235 mil. A Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, o qual aguarda julgamento.

Em 31/12/2020, o Departamento Jurídico da CETESB manteve a classificação desse processo como perda possível.

d) Divulgação de Processos classificados como de Perda Possível

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista, cível e fiscal, classificadas pelo nosso departamento jurídico como de risco de perda possível, sendo assim, a Administração não constituiu Provisão no Balanço Patrimonial em observância a Norma Brasileira de Contabilidade - Geral - NBC TG nº 25 (R1). A seguir, demonstramos a composição dos referidos montantes por natureza:

	2020	2019
Trabalhistas	18.231	23.589
Cíveis	25.501	52.980
Fiscais:		
Autos Infrações - 2009 [1]	43.055	42.366
Auto Infração - 2013 [2]	5.235	5.175
Total	**92.022**	**124.110**

[1] *Receita Federal - Autos de infrações, relativos ao exercício de 2009, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. Ação judicial em curso mediante seguro garantia.*

[2] *Receita Federal - Auto de infração, relativo ao exercício de 2013, pelo não recolhimento da CSLL.*

A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

14 Patrimônio Líquido

a. Capital Social: o capital social está representado por 5.652.551.863 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante de R$ 169.577 mil, em 31/12/2020, sendo 99,9989% pertencentes à Fazenda do Estado de São Paulo, 0,0010% à SUCEN - Superintendência de Controle de Endemias e 0,0001% de ações em tesouraria.

b. Reservas de Capital: em 31/12/2019, a Companhia tinha registrado um saldo de R$ 7.698 mil em Reservas de Capital. Como a CETESB não possui Reservas de Lucros, e em atendimento à legislação societária, as Reservas de Capital foram utilizadas para absorver o prejuízo do exercício, no montante de R$ 3.864 mil, restando o saldo de R$ 3.834 mil em 31/12/2020.

c. Reservas de Reavaliação: A Companhia realizou no exercício de 2003, a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No exercício de 2020, houve a realização do montante de R$ 237 mil, correspondente à depreciação calculada e reconhecida no resultado, sobre os bens reavaliados. No mesmo período também foi reconhecido o montante de R$ 312 mil, em contrapartida a conta de Prejuízos Acumulados, relativo ao diferimento da tributação das respectivas reservas, assim sendo, em 31/12/2020, o saldo das Reservas de Reavaliação é de R$ 18.928 mil;

d. Prejuízos Acumulados: compreende o resultado devedor acumulado até 31/12/2020 no montante de R$ 4.440 mil, o diferimento da tributação das Reservas de Reavaliação, no montante de R$ 312 mil e a compensação de encargos previdenciários de exercícios anteriores, no montante de R$ 264 mil.

15 Receitas Operacionais Líquidas

	2020	2019
Subvenção Econômica	**214.901**	**205.716**
Exercício de Poder de Polícia		
Licenciamento	171.033	185.027
Multas Ambientais	36.884	61.492
Taxa de Fiscalização Ambiental	13.018	10.219
Subtotal	**220.935**	**256.738**
Venda de Serviços/Produtos		
Certificação Veículos/Motocicletas	3.467	5.333
Cursos	541	2.329
Análises Laboratoriais	325	908
Emissão de Certidões	397	171
Demais Receitas	150	143
Subtotal	**4.880**	**8.884**
Deduções		
ISS/ICMS	(238)	(436)
PASEP/COFINS	(7.992)	(9.620)
Devoluções Licenciamento	(4.048)	(3.048)
Cancelamentos de Vendas/Serviços	(5)	–
Cancelamentos de Multas Ambientais	(7.073)	(15.892)
Subtotal	**(19.356)**	**(28.996)**
Total	**421.360**	**442.342**

16 Custos e Despesas

	Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados		Despesas Gerais e Administrativas	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal e Reflexos	273.327	288.419	84.838	82.941
Pessoal Afastamentos SIMA	–	–	36.857	39.420
Remuneração Diretoria	874	858	589	573
Remuneração Órgãos Estatutários	–	–	1.531	1.303
Recuperação Pessoal Afastamentos Outros Órgãos		–	(250)	(354)
Materiais	3.328	5.708	1.036	1.183
Serviços de Terceiros	6.833	9.348	7.075	6.457
Serviços Prestados Partes Relacionadas	–	–	86	71
Viagens	351	1.650	406	304
Aluguéis	552	1.667	854	466
Utilidades	2.771	4.235	2.377	1.919
Seguros	–	–	533	681
Impostos/Taxas e Contribuições	144	893	1.789	1.018
Depreciações/ Amortizações	10.308	11.399	4.530	5.218
Distribuição de Custos	604	1.135	(604)	(1.135)
Demais Despesas	963	1.670	1.643	2.175
Total	**300.055**	**326.982**	**143.290**	**142.240**

17 Outras Despesas e Receitas Operacionais

	2020	2019
Recuperação Despesas de Convênios	10.951	10.892
Outras Recuperações	1.098	1.238
Provisões e Reversões de Contingências Trabalhistas/Cíveis e Outras	(4.130)	(17.462)
Outras Despesas e Receitas	374	2.207
Total	**8.293**	**(3.125)**

18 Encargos Financeiros Líquidos

	2020	2019
Despesas Financeiras [1]	(2.413)	(1.251)
Receitas Financeiras	407	654
Variações Monetárias Ativas - Exercício Poder Polícia [2]	4.247	3.127
Total	**2.241**	**2.530**

[1] *Despesas bancárias e atualização dos títulos a receber;*

[2] *Atualização Monetária do estoque de multas ambientais inscritas na Dívida Ativa do Estado.*

19 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes pela Administração, para cobrir eventuais sinistros.

20 Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

21 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

Em observância a Norma Brasileira de Contabilidade - Geral - NBC TG 05 (R3), a Companhia informa que existem transações com partes relacionadas, com Órgãos e Entidades do Governo do Estado de São Paulo. A principal parte relacionada da Companhia é a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, a qual a CETESB é vinculada.

a) Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, pela Deliberação nº 1, de 29/04/2019, com vigência a partir de 01/05/2019, disposições a serem observadas pelas empresas nas quais o Estado é acionista controlador.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, com os montantes dos exercícios registrados na rubrica "Remuneração de Órgãos Estatutários", encontram-se demonstrados na nota explicativa 22. Os montantes foram registrados no grupo "despesas gerais e administrativas".

b) Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía em aberto o montante de R$ 86 mil e R$ 71 mil a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica "Serviços Prestados Partes Relacionadas" no grupo "Despesas Gerais e Administrativas":

Empresas	2020	2019
SABESP - Utilidades	22	40
PRODESP - Serviços Prestados	55	22
IMESP - Serviços Prestados	9	9
	86	71

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 arrecadou com as partes relacionadas o montante de R$ 6.434 mil e R$ 7.748 mil, respectivamente.

Todas as operações com partes relacionadas foram praticadas pela CETESB nas mesmas condições de mercado, conforme praticadas com seus demais clientes.

c) Afastamento de Empregados

Em 31 de dezembro de 2020, a CETESB possuía 131 empregados afastados à SIMA, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica "Pessoal Afastamentos SIMA", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", pelo montante de R$ 36.857 mil, demonstradas na nota explicativa 16.

No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas e registradas na rubrica "Recuperação de Despesas - Afastamento de Empregados", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", pelo montante de R$ 250 mil, demonstradas na nota explicativa nº 16.

O afastamento de pessoal das empresas em cujo capital o Estado tenha participação majoritária e que sejam dependentes do Tesouro do Estado, quando solicitados por órgãos da própria Administração Direta do Estado, não comporta ressarcimento à entidade cedente, nos termos da Resolução CC-17/2007 e suas alterações, da Secretaria da Casa Civil, atualmente sob a gestão da Secretaria de Governo.

d) Utilização de Bens Imóveis

A SIMA - Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente ocupa, desde 1995, cerca de 24% da área do imóvel da sede da CETESB. Até 31.12.2020, o instrumento específico não havia sido firmado entre as partes.

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais.

Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

Agência Ambiental	**Cedente**	**Início**	**Vencimento**
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	SIMA	2013	Em renovação
Bauru	DER	2005	Indeterminado
Campinas	Secretária da Agricultura e Abastecimento	2015	Indeterminado
Guarulhos	SIMA	2017	25/10/2038
Itapetininga	DER	2014	Indeterminado
Jundiai	DER	2003	Indeterminado
Marilia	Secretária da Agricultura e Abastecimento	2000	Indeterminado
Presidente Prudente	DAEE	2013	Indeterminado
Registro	DAEE	2012	15/10/2022
Ribeirão Preto	DER	2003	Indeterminado
Santana	Instituto Florestal	2010	Em renovação
São Bernardo do Campo	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
São Carlos	Secretária da Agricultura e Abastecimento	2008	Indeterminado
São José do Rio Preto	DER	2006	07/07/2025
Sorocaba	Secretaria da Fazenda	2017	Indeterminado
Tatuapé	SIMA	2017	25/10/2038
Taubaté	DAEE	2005	Indeterminado

22 Remunerações pagas aos Administradores

	Valores		Número de Membros	
	2020	2019	2020	2019
Conselho de Administração	827	625	11	10
Comitê de Auditoria (*)	419	418	3	3
Conselho Fiscal	285	260	5	5
Diretoria	1.463	1.431	5	5
Total	**2.994**	**2.734**	**24**	**23**

Nota: *Na composição do Conselho de Administração foi observado o limite mínimo de 25% de Conselheiros Independentes, sendo que um deles é coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário, onde foi registrada sua remuneração.*

(*) O Comitê de Auditoria foi instalado em junho de 2018.

23 Evento Subsequente

Em 13 de janeiro de 2021, a Secretaria da Receita Federal do Brasil constituiu crédito tributário contra a CETESB, decorrente do encerramento do Procedimento Fiscal de nº 0819000.2020.00155 iniciado em 21 de fevereiro de 2020, com o objetivo de examinar o cumprimento das obrigações principais e acessórias, pertinentes à contribuição social sobre o lucro líquido, contribuição para o financiamento da seguridade social e contribuição para o PIS/PASEP, relativas aos exercícios de 2016 e 2017.

Houve a emissão de autos de infração, fundamentados na exclusão indevida da base de cálculo da CSLL e incidência para PIS e COFINS das receitas oriundas do poder de polícia delegado pelo Poder Público - Licenças e Multas Ambientais. O montante total da autuação é de R$ 24.656.292,14.

continuação

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EXTRATO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2020

O Comitê de Auditoria da CETESB é um órgão estatutário, de assessoramento ao Conselho de Administração, regido pela Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, pelo Estatuto Social da CETESB e pelo seu Regimento Interno.

Formado por três membros eleitos pelo CODEC - SF - Parecer nº 079/2018, de 18 de junho de 2018, sendo o coordenador, um conselheiro independente como determina a Lei nº 13.303/16.

Em 2020, o Comitê de Auditoria da CETESB reuniu-se presencialmente em 4 (quatro) datas e, a partir do mês de abril, passou a reunir-se através de videoconferência, por conta da pandemia do Coronavírus/Covid-19, somando 20 (vinte) reuniões desta forma, totalizando, ao longo do ano, 24 (vinte e quatro) reuniões. Os assuntos tratados foram aqueles que exigiam mais atenção e brevidade para análise e solução, além de uma agenda ordinária estabelecida de acordo com as responsabilidades legais e estatutárias do CoAud.

Todos os trabalhos do CoAud foram registrados em atas que estão arquivadas na sede da CETESB, sob a responsabilidade da Secretaria do Conselho de Administração e na área de acesso aos membros do CA, na rede da Companhia. Todo o material de análise e anexos às atas tiveram o mesmo tratamento.

São Paulo, 10 de março de 2021

Susana Hanna Stiphan Jabra
Conselheira Independente e Coordenadora do Comitê
Ruy Martins Altenfelder da Silva
Membro
Afonso Antonio Hennel
Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 20, a Companhia mantém transações com seu acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo e com empresas/entidades a ele relacionadas. Possui empregados afastados - prestando serviços na Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", pelo montante de R$ 36.857 mil em 31 de dezembro de 2020. Destacamos que a nota explicativa citada descreve outras transações com partes relacionadas sendo que algumas não envolvem valores monetários. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As informações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outro auditor independente que emitiram relatório em 18 de fevereiro de 2020, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato concluímos que as outras informações não apresentam distorção relevante.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2021

Russell Bedford Brasil
Auditores Independentes S/S
2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador - 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio - Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e à vista da opinião consubstanciada no Relatório dos Auditores Independentes - Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, de 17/03/2021, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 23 de março de 2021

Heloísa Maria de Salles Penteado Proença **José Ricardo Mega Rocha** **José Valter da Silva Júnior** **Pedro Henrique Giocondo Guerra** **Roberto Yoshikazu Yamazaki**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDIO CARVALHO DE LIMA - Presidente

Conselheiros:
PATRÍCIA IGLECIAS
KELLY LOPES LEMES
FLORIANO PEIXOTO DE AZEVEDO MARQUES NETO
LUIZ ANTONIO CARVALHO PACHECO
NILTON LAGANA JÚNIOR
ORESTES MARRACCINI GONÇALVES

Conselheira Representante dos Empregados:
TATIANA PEREIRA CAMPOS

Conselheiros Independentes:
SUSANA HANNA STIPHAN JABRA
JOÃO CARLOS CASTILHO GARCIA
JORGE ALBERTO SOARES TENÓRIO

DIRETORIA

PATRÍCIA IGLECIAS
Diretora-Presidente

CLAYTON PAGANOTTO
Diretor de Gestão Corporativa

DOMENICO TREMAROLI
Diretor de Avaliação de Impacto Ambiental

CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental

ZULEICA MARIA DE LISBOA PEREZ
Diretora de Controle e Licenciamento Ambiental

MARIA IZABEL G. DA SILVA E SANTOS
Contadora - CRC 1SP145802/O-2

CETESB

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente